

Vol. 1, No. 5 (Agosto 2026)

REVISTA ATHENA LATINHO-AMERICANA

**O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO E O PSICÓLOGO ESCOLAR: interfaces na
promoção da aprendizagem e da inclusão escolar**

**The Specialized Educational Support Teacher and the School
Psychologist: Interfaces in Promoting Learning and School
Inclusion**

Priscilla Patrício de Holanda¹
Luciana Aparecida da Silva²
Flavianne Melo Curã Braga³
Ângela Ribeiro Machado⁴

Revista Athena Latino-Americana
DOI: 10.69720/3086-5182.2026.000044
ISSN: [3086-5182](https://doi.org/10.69720/3086-5182)

¹Mestra em Educação pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Graduada em Ciências Sociais – UFCAT, Graduada em Pedagogia – Faculdade Catedral.

Email: priscyholanda@gmail.com

ORCID: <http://lattes.cnpq.br/3684894396289258>

²acadêmica: Mestra em Gestão Organizacional (UFCAT), Graduada em Psicologia – CESUC

Email: luciana-12aps@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8391-1015>

³Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Graduada em Pedagogia – Instituto de Educação e Ensino Superior de Samambaia.

Email: flavicura@gmail.com

ORCID: <http://lattes.cnpq.br/0722265674204771>

⁴Graduada em Pedagogia pela UNICALDAS.

Email: angelaribeiromachado902@gmail.com

ORCID: <http://lattes.cnpq.br/5768177922349219>



**O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO E O PSICÓLOGO ESCOLAR: interfaces na
promoção da aprendizagem e da inclusão escolar**

Priscilla Patrício de Holanda, Luciana Aparecida da Silva,
Flavianne Melo Curã Braga e Ângela Ribeiro Machado



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
3086-5182
www.athena-latino-americana.com

Editora e Revista
Athena Latino-Americana
CPF: 639.619.621-20
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

A consolidação da educação inclusiva no Brasil tem exigido a reorganização das práticas pedagógicas e a ampliação do trabalho interdisciplinar no contexto escolar. Nesse cenário, destacam-se o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o psicólogo escolar como profissionais fundamentais para a promoção da aprendizagem e para a efetivação da inclusão escolar. O presente estudo tem como objetivo analisar as interfaces entre esses profissionais, discutindo suas atribuições, possibilidades de atuação colaborativa e contribuições para o desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em produções científicas nacionais e internacionais, bem como em documentos legais que regulamentam a Educação Especial e a Psicologia Escolar no Brasil. O referencial teórico articula contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, da Educação Inclusiva e da Psicologia Escolar Crítica, contemplando autores como Lev Vygotsky, Maria Teresa Eglér Mantoan, José Carlos Libâneo, Dermeval Saviani, Albertina Mitjáns Martínez, Marisa Eugênia Melillo Meira, Enicéia Gonçalves Mendes e Paulo Freire. Os resultados indicam que a atuação colaborativa entre professor do AEE e psicólogo escolar potencializa a identificação de barreiras à aprendizagem, favorece intervenções pedagógicas contextualizadas, fortalece o planejamento educacional individualizado e contribui para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, democráticos e humanizadores. Conclui-se que a interdisciplinaridade constitui elemento indispensável para a garantia do direito à educação de qualidade, exigindo investimentos em formação continuada, políticas públicas e fortalecimento das equipes multiprofissionais nas redes de ensino.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Psicologia Escolar; Educação Inclusiva; Aprendizagem; Trabalho Colaborativo.

ABSTRACT

The consolidation of inclusive education in Brazil has required the reorganization of pedagogical practices and the expansion of interdisciplinary work within schools. In this context, the Specialized Educational Service (SES) teacher and the school psychologist play a fundamental role in promoting learning and ensuring effective school inclusion. This study aims to analyze the interfaces between these professionals, discussing their responsibilities, collaborative practices, and contributions to the integral development of students who are the target audience of Special Education. This qualitative bibliographic research is based on national and international scientific literature, as well as legal documents regulating Special Education and School Psychology in Brazil. The theoretical framework is grounded in Historical-Cultural Psychology, Inclusive Education, and Critical School Psychology, drawing on the works of Lev Vygotsky, Maria Teresa Eglér Mantoan, José Carlos Libâneo, Dermeval Saviani, Albertina Mitjáns Martínez, Marisa Eugênia Melillo Meira, Enicéia Gonçalves Mendes, and Paulo Freire. The findings indicate that collaborative work between SES teachers and school psychologists enhances the identification of learning barriers, supports contextualized pedagogical interventions, strengthens individualized educational planning, and contributes to the development of more inclusive, democratic, and humanizing educational environments. It is concluded that interdisciplinarity is essential to guarantee the right to quality education, requiring investments in continuing teacher education, public policies, and the strengthening of multidisciplinary educational teams.

Keywords: Specialized Educational Service; School Psychology; Inclusive Education; Learning

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos maiores desafios contemporâneos das políticas públicas educacionais, sobretudo diante da necessidade de garantir o direito de todos os estudantes à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento pleno em ambientes escolares comuns. Nas últimas décadas, importantes avanços legais e normativos consolidaram uma nova compreensão acerca da Educação Especial, deslocando-a de um modelo segregador para uma perspectiva inclusiva fundamentada nos princípios dos direitos humanos, da equidade e da valorização da diversidade. Nesse contexto, a escola passa a assumir a responsabilidade de eliminar barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e institucionais que dificultam a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, assegurando igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reafirma esse compromisso ao definir a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis de ensino. Esse movimento foi significativamente fortalecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que redefine o papel da Educação Especial, estabelecendo que o Atendimento Educacional Especializado deve complementar ou suplementar a escolarização, jamais substituí-la.

Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume papel estratégico na organização da escola inclusiva. Desenvolvido prioritariamente nas Salas de Recursos Multifuncionais, o AEE tem como finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes. O professor do AEE torna-se responsável pela construção de estratégias pedagógicas específicas, pelo desenvolvimento de recursos de Tecnologia Assistiva, pela orientação aos professores da sala comum e pelo acompanhamento das necessidades educacionais específicas dos estudantes, atuando de forma articulada com toda a comunidade escolar.

Entretanto, a inclusão escolar ultrapassa as dimensões estritamente pedagógicas. A aprendizagem constitui um fenômeno complexo, influenciado por fatores cognitivos, emocionais, sociais, culturais e institucionais, exigindo uma compreensão ampliada do desenvolvimento

humano. Nesse sentido, destaca-se a importância da Psicologia Escolar como área comprometida com a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes e com a construção de práticas educativas mais democráticas e inclusivas.

Historicamente, a Psicologia Escolar esteve vinculada a práticas de avaliação psicométrica, diagnóstico individual e encaminhamento clínico dos estudantes considerados com dificuldades de aprendizagem. Contudo, a partir das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural e da Psicologia Escolar Crítica, consolidou-se uma mudança paradigmática que desloca o foco do indivíduo para a compreensão dos processos educativos em sua dimensão institucional, histórica e social. Essa transformação amplia significativamente o campo de atuação do psicólogo escolar, que passa a desenvolver ações preventivas, institucionais, formativas e colaborativas junto às equipes pedagógicas.

A promulgação da Lei nº 13.935/2019 representa importante avanço nesse processo ao garantir a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica. A legislação reconhece que a promoção da aprendizagem depende da articulação entre diferentes profissionais, fortalecendo práticas interdisciplinares capazes de responder à complexidade dos desafios educacionais contemporâneos. Dessa forma, o psicólogo escolar deixa de ser compreendido como um profissional voltado exclusivamente ao atendimento individual dos estudantes para assumir uma atuação institucional, participando do planejamento pedagógico, da formação docente, da mediação de conflitos, do fortalecimento das relações escolares e da construção de ambientes promotores de saúde mental.

Sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento humano ocorre nas interações sociais mediadas pela cultura. Vygotsky (1998) afirma que a aprendizagem antecede e impulsiona o desenvolvimento, sendo mediada pela atuação de sujeitos mais experientes e pelas relações estabelecidas no ambiente educativo. Essa compreensão atribui à escola papel central na constituição das funções psicológicas superiores e evidencia que o processo educativo depende da qualidade das mediações pedagógicas e das relações construídas entre professores, estudantes, famílias e demais profissionais da educação.

Ao mesmo tempo, autores como Mantoan (2015), Libâneo (2013), Saviani (2013) e Freire (1996) defendem que a educação inclusiva exige práticas pedagógicas

comprometidas com a valorização das diferenças, com a democratização do conhecimento e com a construção de uma escola capaz de reconhecer cada estudante como sujeito de direitos. Nessa perspectiva, o trabalho colaborativo entre o professor do AEE e o psicólogo escolar apresenta-se como estratégia fundamental para identificar potencialidades, compreender barreiras à aprendizagem, planejar intervenções pedagógicas e fortalecer processos educativos verdadeiramente inclusivos.

Apesar dos avanços legais, persistem desafios significativos relacionados à efetivação desse trabalho interdisciplinar. Muitas redes de ensino ainda apresentam limitações quanto à presença de psicólogos escolares, à formação continuada dos professores, à articulação entre os profissionais da educação e à implementação de práticas colaborativas. Como consequência, estudantes público-alvo da Educação Especial frequentemente enfrentam dificuldades para acessar recursos especializados, participar plenamente das atividades escolares e desenvolver suas potencialidades. Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira a atuação articulada entre o professor do Atendimento Educacional Especializado e o psicólogo escolar contribui para a promoção da aprendizagem e da inclusão escolar?

O objetivo geral consiste em analisar as interfaces entre esses dois profissionais, identificando suas atribuições, possibilidades de atuação conjunta e contribuições para o desenvolvimento integral dos estudantes. Especificamente, pretende-se discutir os fundamentos legais da Educação Inclusiva, compreender o papel do professor do AEE e do psicólogo escolar, analisar as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para os processos inclusivos e refletir sobre os desafios e perspectivas da atuação interdisciplinar nas escolas brasileiras.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela crescente necessidade de fortalecer práticas colaborativas capazes de responder à diversidade presente nas instituições escolares. Ao compreender a inclusão como um processo coletivo e permanente, espera-se contribuir para a ampliação do debate acadêmico acerca da atuação integrada entre Educação Especial e Psicologia Escolar, oferecendo subsídios teóricos que possam orientar práticas pedagógicas comprometidas com a garantia do direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento humano.

2. MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, desenvolvida a partir da análise crítica da literatura científica nacional e internacional acerca da atuação do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do psicólogo escolar na promoção da aprendizagem e da inclusão escolar.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica constitui um procedimento metodológico essencial para a produção do conhecimento científico, uma vez que possibilita ao pesquisador analisar, interpretar e confrontar diferentes concepções teóricas sobre determinado fenômeno. No campo educacional, essa modalidade de pesquisa permite compreender a evolução histórica das políticas públicas, das práticas pedagógicas e das abordagens teóricas relacionadas à Educação Especial e à Psicologia Escolar.

A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma compreensão aprofundada dos significados, concepções e práticas relacionadas ao objeto investigado. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa privilegia a interpretação dos fenômenos sociais em sua complexidade, valorizando aspectos históricos, culturais, políticos e institucionais que permeiam a realidade estudada.

O corpus teórico foi constituído por livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais publicados, prioritariamente, entre 2008 e 2026, contemplando autores de referência nas áreas da Educação Inclusiva, Psicologia Escolar e Psicologia Histórico-Cultural. Também foram analisadas legislações que orientam a organização da Educação Especial brasileira, dentre elas a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o Decreto nº 7.611/2011, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a Lei nº 13.935/2019 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009.

A análise do material bibliográfico foi realizada mediante leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa, buscando identificar aproximações entre os referenciais teóricos que discutem o Atendimento Educacional Especializado, a Psicologia Escolar, a aprendizagem e a educação inclusiva. A interpretação dos dados fundamentou-se na perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, articulando contribuições da pedagogia crítica e da psicologia educacional para compreender o papel interdisciplinar desempenhado pelo professor do AEE e pelo

psicólogo escolar.

Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir para o aprofundamento das discussões acerca das práticas colaborativas desenvolvidas no contexto da educação inclusiva, evidenciando possibilidades de atuação conjunta capazes de favorecer a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Educação Inclusiva: fundamentos históricos, políticos e legais

A educação inclusiva representa uma das mais importantes transformações ocorridas nas políticas educacionais nas últimas décadas. Sua consolidação resulta de movimentos sociais, científicos e políticos que passaram a defender o reconhecimento das diferenças humanas como parte constitutiva da sociedade e da escola. Diferentemente do paradigma integracionista, que condicionava a permanência dos estudantes à adaptação às normas escolares, a inclusão escolar pressupõe a reorganização da própria instituição para atender às necessidades de todos os sujeitos.

Segundo Mantoan (2015), a inclusão escolar constitui uma mudança paradigmática que rompe com modelos tradicionais de ensino fundamentados na homogeneização dos estudantes. Para a autora, reconhecer as diferenças significa compreender que todos possuem modos distintos de aprender, participar e construir conhecimentos, exigindo práticas pedagógicas flexíveis, acessíveis e centradas no desenvolvimento humano.

No cenário internacional, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) consolidou importantes princípios relacionados à educação inclusiva ao afirmar que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou culturais. Esse documento influenciou diretamente a formulação das políticas brasileiras voltadas à Educação Especial.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo marco jurídico ao assegurar o direito universal à educação e estabelecer a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reconheceu a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis de ensino, reforçando o atendimento preferencial na rede regular.

Entretanto, foi com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na

Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) que ocorreu uma mudança significativa na organização da Educação Especial brasileira. O documento estabelece que a Educação Especial deve oferecer recursos, serviços e estratégias capazes de eliminar barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes, consolidando o Atendimento Educacional Especializado como serviço complementar ou suplementar ao ensino comum.

Nessa perspectiva, a inclusão escolar deixa de ser compreendida como simples matrícula do estudante na escola regular, passando a envolver transformações curriculares, metodológicas, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais. Conforme Sassaki (2010), incluir significa construir uma sociedade capaz de acolher a diversidade humana em todas as suas dimensões, promovendo igualdade de oportunidades sem desconsiderar as especificidades de cada indivíduo.

Saviani (2013) acrescenta que a democratização da educação não se limita ao acesso à escola, mas implica garantir condições efetivas para que todos os estudantes se apropriem do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Assim, a inclusão escolar deve ser compreendida como compromisso político e pedagógico voltado à promoção da justiça social.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1998) contribui significativamente para essa compreensão ao afirmar que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre mediante processos de mediação social. Para o autor, as limitações decorrentes de uma deficiência não determinam o desenvolvimento do sujeito; ao contrário, é a qualidade das mediações pedagógicas e das relações sociais que possibilita a construção de novas formas de aprendizagem.

Essa concepção rompe com perspectivas biologizantes e fortalece uma compreensão da deficiência baseada nas potencialidades dos estudantes. O foco desloca-se das limitações individuais para a identificação das barreiras impostas pelo ambiente escolar, atribuindo à educação papel decisivo na promoção do desenvolvimento humano.

Nesse contexto, emerge a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas sustentadas

pelo trabalho coletivo entre professores, gestores, famílias e equipes multiprofissionais. É precisamente nesse cenário que o professor do Atendimento Educacional Especializado e o psicólogo escolar assumem protagonismo, desenvolvendo ações complementares voltadas à promoção da aprendizagem, da autonomia e da

participação escolar.

3.2. O Atendimento Educacional Especializado: princípios, objetivos e atribuições do professor do AEE

Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um dos principais instrumentos de concretização da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Regulamentado pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e pelo Decreto nº 7.611/2011, o AEE organiza serviços, recursos e estratégias pedagógicas destinados à eliminação das barreiras que dificultam a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial no ensino regular.

Ao contrário de uma concepção substitutiva da escolarização, o AEE possui caráter complementar ou suplementar, desenvolvendo ações específicas que ampliam as possibilidades de acesso ao currículo comum. Dessa maneira, sua finalidade não consiste em repetir os conteúdos trabalhados pelo professor da sala regular, mas em criar condições para que o estudante participe efetivamente dos processos educativos.

O professor do AEE exerce funções que extrapolam o atendimento individualizado. Entre suas atribuições destacam-se a avaliação pedagógica das necessidades educacionais específicas, a elaboração de recursos de acessibilidade, a adaptação de materiais didáticos, o desenvolvimento de tecnologias assistivas, a orientação aos professores da classe comum, o acompanhamento das famílias e a participação no planejamento pedagógico da escola.

Conforme Mendes (2010), o sucesso do Atendimento Educacional Especializado depende da articulação permanente entre o professor especializado e os demais profissionais da escola. Essa atuação colaborativa favorece a construção de estratégias pedagógicas coerentes com as necessidades dos estudantes e fortalece a implementação de práticas inclusivas.

Além disso, o professor do AEE desempenha importante papel na elaboração e acompanhamento do Plano Educacional Individualizado (PEI), instrumento que organiza objetivos, estratégias, recursos, formas de avaliação e apoios necessários ao desenvolvimento do estudante. Quando construído coletivamente, o PEI torna-se um importante mecanismo de articulação entre professores, equipe gestora, famílias e profissionais especializados.

3.3. A Psicologia escolar na perspectiva histórico-cultural

A Psicologia Escolar brasileira passou por profundas transformações ao longo das últimas décadas. Até meados do século XX, predominava uma atuação centrada na avaliação psicométrica, na classificação dos estudantes e na explicação individual das dificuldades de aprendizagem. Influenciada por concepções médico-clínicas, essa perspectiva atribuía ao aluno a responsabilidade pelo fracasso escolar, desconsiderando fatores pedagógicos, sociais, culturais e institucionais que interferem no processo educativo.

A partir da década de 1980, especialmente com as contribuições da Psicologia Escolar Crítica, iniciou-se um movimento de revisão desse modelo. Autores como Patto (1999), Marisa Eugênia Melillo Meira (2003) e Albertina Mitjáns Martínez (2009) passaram a defender uma atuação comprometida com a transformação das práticas escolares, deslocando o foco da "patologização" do estudante para a análise das condições concretas de ensino e aprendizagem. Segundo Patto (1999), o fracasso escolar não pode ser compreendido como consequência exclusiva das características individuais dos estudantes, mas como fenômeno socialmente produzido pelas desigualdades econômicas, pelas práticas pedagógicas excludentes e pelas próprias estruturas escolares. Essa compreensão rompe com explicações deterministas e amplia significativamente o campo de atuação do psicólogo escolar.

Nessa perspectiva, o psicólogo escolar passa a atuar como mediador institucional, desenvolvendo ações preventivas, colaborativas e formativas junto à equipe pedagógica, às famílias e aos estudantes. Sua intervenção deixa de privilegiar exclusivamente o atendimento individual para contemplar processos coletivos de promoção da aprendizagem, fortalecimento das relações interpessoais, construção de ambientes escolares saudáveis e implementação de políticas inclusivas.

Mitjáns Martínez (2009) ressalta que a Psicologia Escolar deve contribuir para a construção de práticas educativas que reconheçam a singularidade dos sujeitos sem perder de vista os condicionantes históricos, sociais e culturais presentes na escola. Assim, o psicólogo participa da elaboração de projetos institucionais, programas de formação docente, ações preventivas relacionadas à saúde mental e estratégias voltadas à promoção do desenvolvimento humano.

Sob a ótica da Psicologia Histórico-

Cultural, o desenvolvimento psicológico ocorre mediante processos de mediação social. Vygotsky (1998) afirma que toda função psicológica superior aparece inicialmente no plano das relações sociais para, posteriormente, ser internalizada pelo sujeito. Isso significa que aprendizagem e desenvolvimento constituem processos inseparáveis, mediados pela cultura e pelas interações estabelecidas no ambiente escolar.

A conhecida teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) representa uma das maiores contribuições de Vygotsky para a educação. O autor demonstra que o desenvolvimento não deve ser compreendido apenas a partir das capacidades já consolidadas pelo estudante, mas principalmente pelas potencialidades que podem emergir mediante intervenções pedagógicas adequadas.

Nesse contexto, a atuação do psicólogo escolar aproxima-se da prática pedagógica ao colaborar na identificação das potencialidades dos estudantes, na compreensão das dificuldades de aprendizagem e na elaboração de estratégias capazes de favorecer processos de desenvolvimento cada vez mais complexos. Sua intervenção não ocorre isoladamente, mas integrada ao trabalho dos professores, da gestão escolar e das famílias.

Essa perspectiva ganha ainda maior relevância no contexto da Educação Inclusiva, uma vez que estudantes público-alvo da Educação Especial frequentemente enfrentam barreiras que ultrapassam aspectos cognitivos, envolvendo questões emocionais, relacionais, comunicacionais e sociais. Assim, compreender o estudante em sua integralidade torna-se condição indispensável para a construção de práticas inclusivas efetivas.

A promulgação da Lei nº 13.935/2019 fortaleceu essa compreensão ao determinar a inserção de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica. A legislação reconhece que a promoção da aprendizagem depende da atuação integrada de equipes multiprofissionais capazes de responder à complexidade das demandas educacionais contemporâneas.

Dessa forma, a Psicologia Escolar deixa de ocupar posição periférica na escola para constituir importante dimensão da política educacional inclusiva, contribuindo para a construção de ambientes acolhedores, democráticos e promotores do desenvolvimento humano.

3.4 As interfaces entre o professor do AEE e o psicólogo escolar

A efetivação da educação inclusiva exige a superação de práticas fragmentadas e a construção de uma cultura escolar baseada na colaboração entre diferentes profissionais. Nesse cenário, o professor do Atendimento Educacional Especializado e o psicólogo escolar ocupam posições complementares, compartilhando o compromisso de promover a aprendizagem, eliminar barreiras e favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes.

Embora possuam formações distintas, ambos desenvolvem ações voltadas para a garantia do direito à educação, atuando de maneira articulada na identificação das necessidades educacionais, na elaboração de estratégias pedagógicas e na construção de práticas inclusivas.

O professor do AEE possui conhecimento especializado acerca dos recursos de acessibilidade, das tecnologias assistivas, das adaptações curriculares e das estratégias pedagógicas específicas para estudantes público-alvo da Educação Especial. Sua atuação concentra-se na eliminação das barreiras pedagógicas que dificultam o acesso ao currículo escolar. O psicólogo escolar, por sua vez, contribui para compreender fatores emocionais, sociais, familiares, institucionais e relacionais que influenciam os processos de aprendizagem. Sua intervenção amplia o olhar da equipe pedagógica ao analisar as múltiplas dimensões envolvidas no desenvolvimento humano.

Quando esses profissionais atuam conjuntamente, tornam-se capazes de construir intervenções mais completas e contextualizadas. A elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), por exemplo, beneficia-se significativamente dessa articulação, pois integra informações pedagógicas, cognitivas, emocionais e sociais na definição dos objetivos educacionais.

Essa atuação colaborativa também favorece o planejamento de adaptações curriculares, a organização de recursos didáticos acessíveis, o acompanhamento da evolução do estudante, a orientação às famílias e a formação continuada dos professores da sala comum.

Segundo Mendes (2010), o ensino colaborativo representa uma das estratégias mais eficazes para fortalecer a inclusão escolar, uma vez que promove a corresponsabilidade entre todos os profissionais envolvidos no processo educativo. Nessa perspectiva, nenhum profissional atua isoladamente; ao contrário, o sucesso da inclusão depende da construção coletiva de soluções para os desafios encontrados

na escola.

Marinho-Araújo (2014) acrescenta que o trabalho interdisciplinar favorece a ampliação da compreensão acerca das dificuldades de aprendizagem, evitando interpretações simplificadoras que frequentemente resultam em processos de medicalização e patologização dos estudantes.

Ao substituir uma lógica centrada no diagnóstico individual por práticas colaborativas, professor do AEE e psicólogo escolar passam a compartilhar decisões pedagógicas, fortalecendo a autonomia docente e promovendo intervenções fundamentadas na realidade concreta da escola. Essa articulação também contribui para a construção de uma cultura institucional inclusiva, na qual gestores, professores, famílias e estudantes assumem corresponsabilidade pelo desenvolvimento educacional de todos os sujeitos.

3.5. O trabalho colaborativo na promoção da aprendizagem

A aprendizagem constitui um processo dinâmico e multidimensional que envolve fatores cognitivos, afetivos, sociais, culturais e institucionais. Sob essa perspectiva, a atuação isolada de um único profissional mostra-se insuficiente para responder à diversidade presente nas escolas contemporâneas. A efetivação da educação inclusiva requer práticas colaborativas que articulem conhecimentos pedagógicos, psicológicos e sociais, favorecendo a construção de estratégias capazes de atender às necessidades específicas dos estudantes.

O trabalho colaborativo pode ser compreendido como um processo de cooperação entre profissionais que compartilham responsabilidades, conhecimentos e decisões na busca por objetivos educacionais comuns (Friend; Cook, 2017). No contexto da educação inclusiva, essa colaboração envolve professores da classe comum, docentes do Atendimento Educacional Especializado, psicólogos escolares, gestores, famílias e demais profissionais da rede de apoio.

Segundo Mendes (2010), o ensino colaborativo representa uma das estratégias mais promissoras para a consolidação da inclusão escolar, pois rompe com a fragmentação do trabalho pedagógico e fortalece a corresponsabilidade entre os diferentes atores da comunidade escolar. Essa perspectiva favorece a construção de intervenções contextualizadas, considerando simultaneamente as potencialidades, necessidades e singularidades dos estudantes.

Nesse cenário, o professor do AEE e o psicólogo escolar desempenham papéis complementares. Enquanto o primeiro organiza

recursos pedagógicos, adaptações curriculares e tecnologias assistivas, o segundo contribui para compreender fatores emocionais, sociais e institucionais que influenciam os processos de ensino e aprendizagem. A articulação desses saberes amplia significativamente a capacidade da escola de responder às demandas da diversidade.

A elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) constitui exemplo concreto dessa atuação integrada. O planejamento conjunto permite definir objetivos pedagógicos, estratégias metodológicas, formas de avaliação e recursos de acessibilidade a partir de uma visão ampla do estudante, evitando intervenções fragmentadas ou centradas exclusivamente em limitações. O PEI, quando construído de forma colaborativa, torna-se um instrumento de acompanhamento contínuo, orientando ações pedagógicas e fortalecendo o diálogo entre escola, família e profissionais especializados.

Outro aspecto relevante refere-se ao assessoramento pedagógico oferecido pelo professor do AEE aos docentes da classe comum. A orientação sobre adaptações curriculares, acessibilidade, tecnologias assistivas e estratégias de ensino amplia as possibilidades de participação dos estudantes nas atividades escolares. Paralelamente, o psicólogo escolar contribui para a reflexão sobre aspectos emocionais, relações interpessoais, clima escolar e saúde mental, favorecendo ambientes educativos mais acolhedores e promotores do desenvolvimento.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1998) destaca que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais mediadas pela cultura. Dessa forma, quanto maior a qualidade das relações estabelecidas entre os profissionais da escola, maiores são as possibilidades de construção de práticas pedagógicas significativas. A mediação compartilhada potencializa a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), permitindo que os estudantes avancem para níveis mais complexos de aprendizagem.

Autores como Freire (1996) e Saviani (2013) reforçam que o processo educativo deve ser dialógico, coletivo e comprometido com a emancipação dos sujeitos. A atuação integrada entre professor do AEE e psicólogo escolar aproxima-se dessa concepção ao reconhecer que a aprendizagem não depende apenas da transmissão de conteúdos, mas da construção de relações pedagógicas baseadas na escuta, no respeito às diferenças e na valorização da participação dos estudantes.

Além disso, a literatura recente evidencia que práticas colaborativas reduzem encaminhamentos desnecessários para serviços

clínicos, diminuem processos de medicalização das dificuldades escolares e fortalecem intervenções preventivas. Em vez de atribuir ao estudante a responsabilidade pelo fracasso escolar, a equipe multiprofissional analisa coletivamente as barreiras presentes no contexto educacional, propondo estratégias que favoreçam o acesso, a permanência e o sucesso escolar.

Assim, o trabalho colaborativo configura-se como elemento estruturante da educação inclusiva, contribuindo para transformar a escola em um espaço de aprendizagem compartilhada, desenvolvimento humano e promoção da equidade.

Apesar dos avanços legais e das transformações ocorridas nas políticas públicas brasileiras, a implementação de práticas interdisciplinares ainda enfrenta inúmeros desafios. Entre os principais obstáculos destaca-se a insuficiência de equipes multiprofissionais nas redes públicas de ensino. Embora a Lei nº 13.935/2019 determine a oferta de serviços de Psicologia e Serviço Social na educação básica, sua implementação ocorre de maneira desigual entre estados e municípios, limitando o acesso das escolas ao acompanhamento especializado.

Outro desafio refere-se à formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Muitos cursos de licenciatura ainda dedicam pouca atenção às temáticas relacionadas à educação inclusiva, ao trabalho colaborativo e à atuação multiprofissional, dificultando a construção de práticas interdisciplinares no cotidiano escolar.

Também se observa a persistência de concepções medicalizantes acerca das dificuldades de aprendizagem. Em diversas situações, comportamentos decorrentes de metodologias inadequadas, barreiras pedagógicas ou fatores sociais são interpretados como transtornos individuais, favorecendo processos de patologização e encaminhamentos clínicos desnecessários. A Psicologia Escolar Crítica propõe superar essa lógica por meio da análise das condições institucionais de ensino e da promoção de intervenções preventivas.

As condições de trabalho representam outro fator limitante. A sobrecarga docente, o elevado número de estudantes por turma, a escassez de tempo destinado ao planejamento coletivo e a insuficiência de recursos pedagógicos dificultam a consolidação de práticas colaborativas. O professor do AEE frequentemente atende um grande número de estudantes com diferentes necessidades educacionais, enquanto o psicólogo escolar, quando presente, costuma atuar em várias unidades escolares simultaneamente.

Além disso, ainda existem barreiras atitudinais que dificultam a construção de uma cultura inclusiva. Preconceitos, expectativas reduzidas em relação às capacidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial e resistências às mudanças metodológicas comprometem a efetivação dos princípios da inclusão escolar.

Por outro lado, observa-se um movimento crescente de fortalecimento das políticas inclusivas, impulsionado pela ampliação das pesquisas científicas, pela formação continuada de professores e pela implementação de programas voltados ao ensino colaborativo. Essas iniciativas demonstram que a construção de uma escola inclusiva depende de investimentos permanentes na formação profissional, na valorização das equipes multiprofissionais e na articulação entre educação, saúde e assistência social.

Nesse contexto, o professor do AEE e o psicólogo escolar assumem papel estratégico na transformação das práticas escolares, contribuindo para que a inclusão deixe de ser apenas um princípio legal e se concretize como experiência cotidiana de aprendizagem, participação e desenvolvimento humano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste estudo evidenciam que a consolidação da educação inclusiva exige muito mais do que o cumprimento das determinações legais. Ela demanda uma profunda transformação das práticas pedagógicas, da organização escolar e da cultura institucional, reconhecendo a diversidade como princípio estruturante da educação.

Ao longo da pesquisa, verificou-se que o professor do Atendimento Educacional Especializado e o psicólogo escolar desempenham funções distintas, porém complementares, compartilhando o compromisso de promover o desenvolvimento integral dos estudantes e garantir condições efetivas de acesso, permanência, participação e aprendizagem. Enquanto o professor do AEE concentra sua atuação na organização de recursos pedagógicos, adaptações curriculares e estratégias de acessibilidade, o psicólogo escolar contribui para compreender os aspectos emocionais, sociais, institucionais e relacionais que influenciam os processos educativos.

A articulação entre esses profissionais amplia significativamente as possibilidades de identificação das barreiras à aprendizagem, favorece a construção de intervenções pedagógicas contextualizadas e fortalece o planejamento educacional individualizado. Além

disso, o trabalho colaborativo contribui para reduzir práticas medicalizantes, promover ambientes escolares mais acolhedores e fortalecer a formação continuada dos professores. Sob a perspectiva histórico-cultural, compreende-se que a aprendizagem constitui um processo socialmente mediado, dependente da qualidade das interações estabelecidas no ambiente escolar. Dessa forma, a atuação integrada entre professor do AEE, psicólogo escolar, docentes da classe comum, gestores e famílias torna-se condição essencial para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com o desenvolvimento humano.

Os desafios identificados demonstram que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a efetivação da educação inclusiva. A insuficiência de equipes multiprofissionais, a necessidade de ampliação da formação continuada, as dificuldades estruturais das redes de ensino e a permanência de concepções excludentes evidenciam a importância do fortalecimento das políticas públicas voltadas à inclusão escolar.

Conclui-se, portanto, que a interdisciplinaridade representa um dos principais fundamentos para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. A integração entre o Atendimento Educacional Especializado e a Psicologia Escolar favorece práticas educativas mais sensíveis às singularidades dos estudantes, contribuindo para a promoção da equidade, da justiça social e da garantia do direito à educação de qualidade para todos.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de (org.). *Psicologia escolar crítica: teoria e prática nos contextos educacionais*. Campinas: Alínea, 2003.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. 5. ed. Brasília: Liber Livro, 2013.

BEYER, Hugo Otto. *Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais*. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília: MEC, 2009.

BRONFENBRENNER, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. *Ensino colaborativo: construindo práticas inclusivas*. São Carlos: EDUFSCar, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica*. Brasília: CFP, 2019.

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. *Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes, 2017.

FRIEND, Marilyn; COOK, Lynne. *Interactions: collaboration skills for school professionals*. 8. ed. Boston: Pearson, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades educacionais especiais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LÜCK, Heloísa. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. *Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional*. Campinas: Alínea, 2014.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns. *Psicologia escolar e compromisso social*. Campinas: Alínea, 2009.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. *Psicologia escolar: pensamento crítico e práticas profissionais*. Campinas: Alínea, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Inclusão escolar e educação especial: avanços, desafios e perspectivas*. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini (org.). *Temas em Educação Especial*. São Carlos: EDUFSCar, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)*. São Paulo: EDUSP, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova York: ONU, 2006.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PLETSCH, Márcia Denise. *Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

PRIETO, Rosângela Gavioli. *Atendimento Educacional Especializado e inclusão escolar: desafios contemporâneos*. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 187-202, 2010.

RODRIGUES, David. *Educação inclusiva: dos conceitos às práticas de formação*. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 9. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Fundamentos de defectologia*. Tradução de Denise Regina Sales. São Paulo: Expressão Popular, 2021.